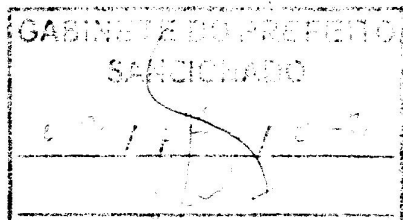


LEI Nº.007/2002 DE 02 DE ABRIL DE 2002.



**“DIPÔE SOBRE A CRIAÇÃO
DO CONSELHO DOS
DIREITOS DA MULHER
(CMDM), E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu promulgo e sanciono a seguinte Lei:

Art.1º - Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher diretamente vinculado ao Gabinete do Prefeito, compete-lhe:

I – Definir uma política voltada para a efetiva valorização da mulher e sua participação na luta pela igualdade social;

II – Propor projetos, promover pesquisas, estudos, debates relacionados com a questão da mulher no seu aspecto econômico político social;

III – Formular denúncias sobre a discriminação da mulher;

IV – Apoiar a realização de outros órgãos e entidades e que digam respeito à condição da mulher;

V – Supervisionar o cumprimento da legislação e defender a ampliação dos direitos da mulher como cidadã;

VI – Propor, à Administração Municipal, Convênios com órgãos Governamentais, Instituições afins, objetivando concretizar a política do Conselho;

VII – Apoiar as entidades populares representativas da mulher e incentivar sua organização;

Parágrafo Único – Nas suas faltas e impedimentos, conforme dispuser a norma, as Conselheiras serão substituídas pelas respectivas suplentes;

Art. 2º - O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher CMDM será composto de 28 membros, sendo 14 Governamentais e 14 não Governamentais.

Art. 4º. – Os membros do Conselho tomarão posse na data de sua instalação e por ocasião de novas investiduras, em sessão solene, lavrando-se termo em livro próprio, assinado pelo Prefeito e pelas Conselheiras empossadas, que prestarão compromisso solene de bem cumprir os deveres do seu cargo.

Art. 5º. – Os membros do Conselho prestarão serviços voluntários e sem remuneração;

Art. 6º. – O funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, serão definidos em Regimento próprio, devidamente aprovado por ato do Prefeito;

Art. 7º. – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação;

Art. 8º. – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Governo Municipal
Paranatinga(MT), 02 de abril de 2002

Pedro Dalla Nora
Prefeito Municipal

Governamentais:

- 1 – Secretaria Municipal de Ação Social
- 2 – Secretaria Municipal de Educação – Cultura
- 3 – secretaria Municipal de Saúde
- 4 – Poder Legislativo
- 5 – Poder Judiciário
- 6 – INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social)
- 7 – Secretaria de Infra-Estrutura Urbana
- 8 – Universidade Federal de Mato Grosso
- 9 – EMPAER – Empresa Mato-grossense de Pesquisa e Assistência e Extensão Rural do Estado do Mato Grosso
- 10 – Agente de Saúde do Adolescente
- 11 – Secretaria de Finanças
- 12 – INDEA
- 13 – CIRETRAN
- 14 – SEFAZ (Secretaria Estadual de Fazenda)

Não Governamentais:

- 1 - Igreja Assembléia de Deus
- 2 – Igreja Batista
- 3 – Igreja Luterana
- 4 – Igreja Presbiteriana Renovada
- 5 – Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Médio (SIMTEP)
- 6 – Sindicato dos Trabalhadores Rurais
- 7 – Sindicato dos Produtores Rurais
- 8 – Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente
- 9 – Lar dos Idosos “José Barbosa de Moura”
- 10 – Rádio Educativa
- 11 – Diocese de Paranatinga
- 12 – Pastoral da Criança
- 13 – APAE
- 14 – Associação Comercial e Industrial de Paranatinga (ACIP).

Art. 3º. - O conselho será coordenado por um presidente, nomeado pelo prefeito, a partir de uma lista tríplice, elaborado pelo colegiado, dentre seus pares.